

ENTRE O PASSADO E O FUTURO: O QUE A LITERATURA RODRIGUEANA NOS ENSINA?

Leonardo Alonso¹

RESUMO: No presente artigo, o enfoque decorrerá de uma nova percepção da relação entre a Literatura e a Educação, através vetor interpretativo da *meta-psicopedagogia*², vislumbrando-se evoluções e retrocessos na proteção dos Direitos Humanos, especialmente em relação às crianças e aos adolescentes, sob o prisma valorativo da Pedagogia Social. Para tanto, torna-se oportuno utilizar o cabedal literário produzido pelo escrito Nelson Rodrigues, sobretudo a peça o *Anjo Negro* (1946), sob à ótica do *Princípio Interpretativo das Rosas dos Ventos*³, para estabelecer um contraponto com as práticas teratológicas perpetradas, ainda hoje, no espaço doméstico (privado) e no espaço comunitário (público), as quais geram marcas no corpo e na alma. Destarte, o compromisso ético e arcabouço normativo, do Estado Democrático de Direito, indicam alguns direcionamentos para a efetiva concretização de Direitos Humanos, no contexto atual, estimulando, inclusive, medidas conciliatórias capazes de promover a minoração das violências sofridas pelos vulneráveis.

Palavras-chave: Princípio Interpretativo das Rosas dos Ventos. Direitos Humanos. Literatura. Pedagogia Social. Conciliação.

ABSTRACT: In this article, the focus will arise from a new perception of the relationship between Literature and Education, through the interpretive vector of *meta-psycho-pedagogy*, looking at developments and setbacks in the protection of Human Rights, especially in relation to children and adolescents. adolescents, from the perspective of Social Pedagogy. To this end, it becomes opportune to use the literary leather produced by the writing Nelson Rodrigues,

¹ Professor da Pós-graduação em Educação da Universidade Federal Fluminense, Brasil, no curso de Especialização em Pedagogia Social para o Século XXI, na área de Metodologia da Pesquisa em Pedagogia Social, Seminário de Trabalho de Conclusão de Curso I a III, e Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes.

² Esta, por sua vez, representa um conjunto hermenêutico e pragmático de compreensão de fatores atitudinais, através de uma situação que não está posta – de plano evidenciada –, mas que decorre de indícios, tais como as vozes silenciadas, o corpo “marcado” e o distanciamento abrupto, presente nas narrativas literárias e, paralelamente, presente na vida cotidiana.

³ Princípio originalmente formulado e estruturalmente, a partir da concepção da *Leitura de Mundo*, que será exposta em momento oportuno, no presente texto. O *Princípio Interpretativo das Rosas dos Ventos*, indica-nos as quatro dimensões da máscara social, a partir do qual é possível o estudo detalhado da obra literária e da experiência humana compartilhada, por meio de elementos estruturantes e norteadores – os quatro pontos cardeais –, os quais nos indicam um direcionamento claro e objetivo da interpretação literária e do espaços sociais que nos rodeiam, através de vetores que decorrem de um efetivo estudo árduo e aprofundando do **lado direito** (aquilo que comumente se **depreende** dos fatos postos), do **lado esquerdo** (aquilo que se **infere** a partir do raciocínio lógico e objetivo de elementos que estão “mascarados”), do **aspecto externo** (as incertezas, a “zona cinzenta”, que se extraem daquilo que se depreende e daquilo que se infere), e, por último, o **aspecto interno** (o “caminho epistemológico” percorrido para a concretização de determinado acontecimento). (grifos nossos)

especialmente a obra *Anjo Negro* (1946), sob a perspectiva do *Interpretative Principle of the Roses of the Winds*, para estabelecer um contraponto com as práticas teratológicas perpetradas, até hoje, no espaço doméstico (privado) e no espaço comunitário (público), que geram marcas no corpo e na alma. Assim, o compromisso democrático e o arcabouço normativo do Estado Democrático de Direito, algumas diretrizes para a efetiva realização dos Direitos Humanos, no contexto atual, estimulando, inclusive, medidas conciliatórias capazes de promover a redução da violência sofrida pelos vulneráveis.

Keywords: Interpretative Principle of Wind Roses. Human rights. Literature. Social Pedagogy. Conciliation.

INTRODUÇÃO

O presente artigo é desenvolvido a partir de reflexões realizadas acerca dos estudos sobre a Administração Pública Gerencial, a Criminologia, a Lógica Argumentativa e a Ética, sobretudo no âmbito da função social da literatura, e a pesquisa sobre os direitos humanos junto à UFF, onde busco os instrumentos de mitigação das vulnerabilidades sociais.

Inicialmente, rememoro as aulas do Criminalista Dr. João Pedro Pádua Valadares orientador no Mestrado em Sociologia e Direito, na Universidade Federal Fluminense, em 2018, especialmente àquela que apresentei interesse sobre o estudo do discurso da legítima defesa da honra, no caso conhecido nacionalmente como *Doca Street vs Ângela Diniz*. Ainda, me lembro que, após assistir uma das aulas de Literatura Brasileira, ministrada pela Professora Dr.^a Ângela Dias, sobre Nelson Rodrigues, em 2014, na UFF, apresentei, sumariamente, alguns pontos sobre o tipo penal revogado referente ao rapto da mulher honesta, do artigo 219, do Código Penal, de 1940.

Em ambas as oportunidades, o fôlego foi escasso, mas o desejo de expor adequadamente os referidos institutos penais, à luz da obra rodrigueana, se manteve pulsante. Por óbvio, aqui, não seria o momento oportuno para destrinchar os referidos institutos, sob pena de esvaziar a análise propriamente literária, sociológica e pedagógica. Todavia, os mesmos institutos poderão ser incorporados, sucintamente, a fim de potencializar o presente estudo técnico.

Metodologicamente, adoto como um vetor interpretativo e diretriz prática das relações humanas, o qual denomino como *meta-psicopedagogia*⁴. Esta, por sua vez, representa um conjunto hermenêutico e pragmático de compreensão de fatores atitudinais, através de uma situação que não está posta – de plano evidenciada –, mas que decorre de indícios, tais como as vozes silenciadas, o corpo “marcado” e o distanciamento abrupto, presente nas narrativas literárias e, paralelamente, presente na vida quotidiana. (grifos nossos)

À luz desse vetor interpretativo, sinto-me inclinado a estabelecer o diálogo entre o acesso à justiça e a peça *Anjo Negro*, de Nelson Rodrigues, escrita em 1946, com a temática por mim pesquisada, buscando as aproximações e as conexões, a fim de estabelecer uma atitude reflexiva que possibilite a percepção das práticas teratológicas perpetradas, ainda hoje, no espaço familiar e social, contra as crianças e os adolescentes, os quais sofrem violências no corpo e na alma.

O presente artigo busca analisar os **objetivos** da Pedagogia Social que se conciliam com o dever social – cidadania ativa –, possibilitando, em primeiro lugar, a minoração das violências sofridas por crianças e adolescentes, no espaço público e privado, que estão em situação de vulnerabilidade, a partir da atitude reflexiva, incorporada na peça *Anjo Negro*, a afim de fomentar a comunicação e a divulgação dos Direitos Humanos (v.g. canais de denúncias às autoridades competentes); em segundo lugar, estimular programas voltados para ações socioeducativas intersetoriais que deitam raízes na Conciliação, através da Leitura de Mundo⁵.

Em síntese, à luz do processo histórico – que também se depreende da obra literária rodrigueana –, percebe-se determinadas nuances da evolução e dos retrocessos referentes aos direitos das crianças e adolescentes, no espaço privado e público. À guisa de ilustração, vê-se na historiografia, de um lado, o espaço público, como uma eventual arena de conflitos institucionalizados, desde o Império Romano, sob os auspícios do Imperador Augusto, onde o “monitor acadêmico” era responsável pelos castigos físicos, pois, em razão dos “valores maiores romanos”, os pais não castigavam seus filho⁶; de outro lado, vê-se, o espaço privado,

⁴ Vide: ALONSO, Leonardo. Quando o mundo acabou no silêncio... O que a literatura nos ensina sobre as vozes inaudíveis? *Revista Pedagogia Social UFF*, v. 9, n. 1, jun. 2020. Disponível em: <<http://www.revistadepedagogiasocial.uff.br/index.php/revista/article/view/226>>. Acesso em: 11 julho 2020. Acesso em: 11 julho 2020.

⁵ Trabalharemos com o conceito de *Leitura de Mundo* como um espaço de atuação mais adequada do educador social, na conciliação de conflito.

⁶ **“A praça era o grande local de confluência dessas relações sociais. É nesse lugar que o monitor ganha destaque. Etimologicamente a palavra monitor origina-se de monitōre(m), deriv. dimonēre ‘rammentare, ammonire’, que significa “advertir” e “avisar”. Em razão desta, em português, surgiu também a palavra premonição. Foi usado no Império Romano para se referir a subordinados que acompanhavam seus**

como o incipiente nascedouro dos direitos das crianças e adolescentes, no qual se aplicava, por analogia, a legislação que vedava a prática de maus tratos aos animais, sendo o primeiro caso emblemático da menina Mary Ellen, em 1874, vítima de maus-tratos nos seio de sua família, na cidade de Nova Iorque (EUA), que foi atendida pela missionária adventista Etta Angell, após relatos de vizinhos. Vejamos um trecho do depoimento da menina, em 10 de abril de 1874:

“Meu pai e minha mãe estão mortos. Eu não sei quantos anos tenho. Não tenho lembrança de minha vida antes dos Connolly. **Mamãe tinha o hábito de me bater quase todos os dias com um chicote com traçado em couro cru e ele sempre deixava marcas pretas e azuis em meu corpo. Tenho agora uma marca dessas em minha cabeça e também um corte no lado esquerdo da minha testa causado por uma tesoura. Ela me impressionou com a tesoura e cortou-me.** Não tenho lembrança de jamais ter sido beijada por quem quer que seja e nunca beije a minha mamãe. Nunca fiquei no seu colo e ela nunca me fez carinho. **Nunca tive coragem de falar isso com outras pessoas porque seria castigada. Não sei porque era castigada.** Minha mamãe nunca dizia nada quando me batia. Não quero voltar a viver com mamãe porque ela me bate. **Não me recorde de jamais ter ido à rua em toda a minha vida**”⁷ (tradução nossa e grifos nossos).

Em relação à potencialidade do presente iluminar o passado, torna-se importante a análise de um ponto sensível no período pós-moderno, que deita raízes no marco histórico que se deu com o término da 2ª Guerra Mundial, qual seja, “a volta” à História. Para Linda Hutcheon, através do seu conceito de “metaficção historiográfica”, percebe-se na História e na ficção verdadeiras formas de “repensar” e “reelaborar” o conteúdo do passado, ou seja, o pós-moderno retorna aos arquivos para questioná-los (*Ibidem*, 1991, p. 21-22).

Indubitavelmente, a rememoração dos fatos históricos é necessária para construir a identidade social. A memória de um povo é fundamental para a afirmação da sua identidade, consoante Todorov: “A evocação do passado é necessária para afirmar a própria identidade,

senhores, e cujo trabalho era ir lembrando nomes as pessoas com quem eles estavam se encontrando, e detalhes sobre os que eram de importância ao seu superior. Além disso, geralmente, os monitores ficavam próximos às Assembleias Romanas, a fim de anotarem os discursos de seus senhores”. (grifos nossos)

Vide: A pedagogia social da convivência no Império Romano: o monitor no espaço do fórum. *Revista Querubim*. In prelo para publicação.

⁷ História de Mary Ellen Wilson. American Humane Association. Disponível em: <<http://www.americanhumane.org/about-us/who-we-are/history/mary-ellen-wilson.html>>. Acesso em: 06 ago. 2020.

Vide: ALONSO, Leonardo. Pedagogia Social e o ECA: reflexões acerca dos direitos de crianças, adolescentes e jovens no Estado Democrático de Direito. *Revista Pedagogia Social UFF*, v.6, n. 2, dez. 2018. Disponível em: <<http://www.revistapedagogiasocial.uff.br/index.php/revista/article/view/154>>. Acesso em: 06 ago. 2020.

tanto a do indivíduo quanto a do grupo. Sem dúvida, um e outro também se definem por sua vontade no presente e seus projetos de futuro, mas não podem dispensar-se dessa primeira evocação.” (*Ibidem*, 2002, p. 195)

Por sua vez, na peça *Anjo Negro*, escrita em 1946, o tempo futuro é marcado pelas considerações mistas da desilusão e da esperança, vislumbradas pelos sonhos e pelas vontades das personagens, que buscam concretizar os seus desejos desenfreados, os quais retratam determinadas vicissitudes do período em que a peça é escrita. Todavia, a caracterização das personagens, ainda repercutem no período hodierno, e, possivelmente, continuará repercutindo por muito tempo. À título de exemplo, colaciono a manchete de uma reportagem, *post-scriptum*, que evidencia o retrato familiar rodrigueano aparentemente tão distante, mas certamente muito próximo da realidade carioca atual: **“Bilhete ajuda mulher a ser resgatada de cárcere privado após 8 anos: 'Não tenho como sair’”**⁸. (grifos nossos)

Nessa manchete colacionada, a criança, filho dessa mulher que clama pela ajuda, apesar de sofrer com a opressão imoderada paterna, consegue utilizar o seu próprio celular, para tirar uma foto do pedido de soltura, da sua mãe, e entregar na delegacia. Destarte, a obra rodrigueana encontra pertinência temática no cenário social atual, por suscitar questões que perpassam por diversas temáticas centrais, mas desembocam em um “supra-tema”, qual seja, a hierarquia social, nas relações familiares e públicas.

Desde já, alerto a imprescindibilidade de uma leitura atenta aos ditames da ética, da moral, dos costumes e das normas jurídicas de outrora, sob pena de uma interpretação açodada do um rico cabedal simbólico que permeia a narrativa de Nelson Rodrigues. A respeito da leitura histórica tem-se como embasamento o “caminho epistemológico” percorrido pelo autor, que estruturou a sua obra por meio de assuntos quotidianos presentes no jornal, os quais serão detidamente colacionados.

O presente artigo é constituído por três eixos: **i) ética, moral, costumes e normas à luz dos Direitos Humanos, na obra rodrigueana; ii) a cegueira deliberada e a dissimulação de desígnios; iii) prova de materialidade e indícios de autoria: crimes em nome da suposta “honra física”**. O primeiro eixo corresponde às dissonâncias entre os costumes e a promoção de valores universalmente aceitos, perpassando por pontos palpitantes, desde *Antígona*, de

⁸ Vide: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2020/07/09/bilhete-ajuda-mulher-a-ser-resgatada-de-carcere-privado-apos-anos-nao-tenho-como-sair.ghtml> . Acesso em: 09 de julho de 2020.

Sófocles, até a contemporaneidade. Já, no segundo eixo, apresento como ocorre as diversas mutações de percepções, a partir dos posicionamentos discursivos que as personagens assumem na cena. E, por último, no terceiro eixo, vem à cena o possível itinerário jornalístico o qual Nelson Rodrigues eventualmente tenha se apropriado, destacando a relação da falsa percepção de proteção de direitos em nome da suposta “honra física” violada, e o discurso teratológico da opressão contra as crianças e adolescentes que se encontram em situação de vulnerabilidade, à luz da Pedagogia Social. (grifos nossos)

Para isso, faz-se essencial a análise de alguns instrumentos mediáticos que perpassam a obra do autor, com o fulcro de observar as “entranhas da sociedade”, da sua respectiva época⁹ em relação à nossa, destacando os seguintes elementos: o riso e a loucura; o *voyeur*; dominação dos corpos; o prazer e a expiação dos pecados; e, por último, o crime e o castigo.

Pela relevância do tema colhe-se da oportunidade o momento para enfrentá-lo, de forma reflexiva, acerca das seguintes questões: **i) como o retrato de família, na peça intitulada *O Anjo Negro*, nos ajuda a compreender a lenta e gradual evolução dos arranjos familiares e as práticas abusivas que ali são perpetradas, especialmente contra as crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidades? ii) considerando a probabilidade das atrocidades perpetradas no ambiente doméstico (espaço privado), que espraiam efeitos no ambiente comunitário (espaço público), quais as medidas políticas podem ser adotadas ativamente pelo cidadão, à luz da Pedagogia Social?** A fluidez de entendimento conduzirá a uma reflexão abstrata para que possa fixar, doravante, com mais solidez, a resposta à questão. (grifos nossos)

A ÉTICA, A MORAL, OS COSTUMES E AS NORMAS À LUZ DOS DIREITOS HUMANOS NA OBRA RODRIGUEANA

Inicialmente, a diferenciação entre a ética, a moral, os costumes e as normas jurídicas faz-se essencial para a melhor compreensão da obra rodrigueana. Uma das possíveis concepções da ética, a qual adotamos no presente trabalho, é exposta por Immanuel Kant, no

⁹ Por óbvio, a análise dos costumes das décadas de 40, 50 e 60 dar-se-á pelos relatos jornalísticos, os quais são evidenciadas determinadas condutas presentes na obra, à luz dos costumes e normas jurídicas, do respectivo marco temporal; outrossim, busco fazer a contraposição com os costumes e normas jurídicas recentes.

livro intitulado *Fundamentação da Metafísica dos Costumes*. Para Kant, a ética decorre do imperativo-categórico, isto é, a liberdade individual deve coexistir com as demais, através do pressuposto racional universalmente aceito (*Ibidem*, 2009, p. 197).

Nesse sentido, Kant se contrapõe a moral do coração proposta por Rousseau, estabelecendo que não existe uma bondade inata do indivíduo. Em razão da perversidade dos homens, dada pela própria natureza, os deveres éticos são fulcrais para que se tornem seres morais: [...] “Por natureza, diz Kant, somos egoístas, ambiciosos, destrutivos, agressivos, cruéis, ávidos de prazeres que nunca nos saciam e pelos quais matamos, mentimos, roubamos. É justamente por isso que precisamos do dever para nos tornarmos seres morais”. (CHAUÍ, 2000, p. 170).

Por sua vez, a moral é compreendida como um sistema de regras estabelecidas e socialmente aceitas, por um determinado grupo. Esse sistema de regras, abrangem certos valores e prescrições de condutas, as quais são aceitas e praticadas, como certas ou erradas. Ou seja, a moral é mutável, fluída e variável, sendo que os conceitos tradicionais da moral não são universais e determinados objetivamente, tendo em vista que deita raízes em uma cultura e período histórico delimitados.

Ao seu turno, a norma jurídica pode ser compreendida como preceitos obrigatórios, estabelecidos pela representação popular, de cunho cogente, imperativo e geral. De modo contrário, os costumes são facultativos, estabelecidos por uma comunidade ou individualmente praticados, reiteradamente praticados como certos, de cunho não cogente, dispensável e específico.

Vejamos um esquema gráfico, elaborado por mim, referente às diferenças predominantes da ética, moral, costumes e normas jurídicas:

	Ética	Moral	Costumes	Normas Jurídicas
Quanto origem	à Imperativo-categórico: a liberdade individual deve coexistir com as demais. É um dever racional e universalmente aceito.	Sistema de regras comunitárias, estabelecidas e socialmente aceitas, por um determinado grupo.	Práticas rotineiras realizadas por uma comunidade ou individualmente praticadas.	Representação Popular ou Soberana, materializada em leis, decretos ou qualquer outro ato normativo.
Quanto obrigatoriedade	à Facultativa	Facultativa	Facultativo	Obrigatória
Quanto abrangência	à Universal	Local	Local	Geral
Quanto coercibilidade	à Não Coercitivo	Não Coercitivo	Coercitivo	Coercitivo

Por óbvio, o quadro supramencionado, tal como os padrões sociais, não é estanque. Todavia, a análise do mesmo permite-nos vislumbrar determinadas práticas da década de 40 (quarenta) e seguintes, bem como os seus reflexos no contexto micro e macrosocial, os quais espriam efeitos até hoje, sobretudo em relação às violações contra as crianças e adolescentes, que se encontram em situação de vulnerabilidade.

Na peça *Anjo Negro*, encontramos diversos elementos da ética, da moral, dos costumes e das normas jurídicas, os quais estão presentes em clássicos da Literatura, tais como: *Antígona*, de Sófocles; *Lolita* (1946), Vladimir Nabokov; e, *Emma Zunz* (1948), de Jorge Luís Borges. Nesses três clássicos, os direitos humanos ficam suspensos, ora em favor da norma, ora em prol dos costumes, e ora da moral local e ora da ética. Por exemplo, no tocante ao quadro supramencionado, depreendemos os principais elementos das narrativas e das principais personagens, desses três clássicos da Literatura, os quais apresentam, como temáticas, as violências perpetradas contra as crianças e adolescentes, no espaço público e no espaço privado:

	<i>Anjo Negro</i>	<i>Antígona</i>	<i>Lolita</i>	<i>Emma Zunz</i>
Ética	Ismael, médico, <i>per si</i> , presume-se que adota a ética médica. Todavia, adota atitudes antiéticas. Virgínia tem relação sexual com o noivo de sua prima. Ana Maria ignora as características de sua mãe.	A conduta de Antígona decorre de sua própria liberdade. Antígona é ré confessa, porque acredita ter agido de acordo com seus princípios, e não feriu a liberdade de ninguém.	Humbert tolhe Dolores (conhecida no âmbito doméstico, como Lolita) de sua liberdade.	Emma Zunz age com receio de seus atos, mas em favor da sua liberdade. Todavia, a sua conduta é antiética, porque age para não ser condenada, inclusive caluniando e criando novas situações.
Moral	Ismael seguiu a regra social de sua época ao contrair matrimônio com Virgínia, que fora deflorada por outro.	Antígona quando enterra o irmão, sua atitude decorre de uma convenção social.	Humbert se muda com Dolores para diversos lugares da América do Sul, onde a comunidade local aceitava a relação consentida.	Emma Zunz comete a conduta criminosa, simulando a verdade e ferindo a confiança de seus pares. Sob à ótica da sua moral familiar, o que ela defende pode ser válido ou inválido.
Costumes	Ismael se embasa no <i>pater</i> poder.	Antígona se embasa em leis consuetudinárias e divinas.	A relação entre Humbert e Dolores era reprovada pela comunidade.	Emma Zunz se embasa em leis consuetudinárias e divinas ¹⁰ .
Normas Jurídicas	Ismael provoca lesão corporal grave ao “cegar” ¹¹ os seus parentes, em razão da falsa percepção da realidade – erro de tipo –,	Antígona atua de modo contrário aos ditames normativos de Creonte, para assegurar a honra de seu irmão.	Humbert tem o desejo de se relacionar com Dolores, sendo que, na América do Sul, ele encontra lugares onde a lei	Emma Zunz burla a lei do Estado para vingar a morte do pai.

¹⁰ O conto é uma grande fábula sobre a verdade. Não importa se a história de Emma é verdadeira – se ela assim se lhe parece, assim é. Em nenhum momento tivemos provas que Loewenthal tenha realmente cometido o desfalque.

¹¹ Leia-se que a suposta cegueira física ocorreu apenas em relação ao seu irmão não consanguíneo, porque em relação as demais personagens trata-se de uma metáfora que indica a ausência de identidade.

	capaz de afastar o crime.		permitia essa relação.	
--	---------------------------	--	------------------------	--

Aqui, para melhor compreensão da narrativa, cumpre-nos destacar, graficamente, os principais elementos estruturais que perpassam pela peça *Anjo Negro*, os quais serão contemplados pela análise literária e sociológica, nos termos da *meta-psicopedagogia*.
Vejam os:

Anjo Negro	
Quanto ao tema central	Negação da identidade
Quanto ao ambiente	Residencial (espaço privado)
Quanto às principais personagens	Ismael (marido), Virgínia (mulher) e Ana Maria (filha) negam a própria identidade
Quanto à bipolaridade “jogo de máscaras”	Ismael, médico, ora é um “bom pai de família”, ora é um “monstro”. Virgínia trai a confiança de Ismael. Ana Maria, adolescente, acredita que todos os “outros” são diferentes, exceto ela e o próprio pai, que a alienou.
Portais Retóricos	Sendo todas as “personagens cegas”, usam-se termos que referenciam o aspecto visual.
Quanto à multiplicidade de enfoques	De início, fala-se do menino que foi morto. Esse “menino” é a própria <i>persona</i> de Ismael que nega a sua identidade (“mata a sua criança”). Virgínia deliberadamente e temporariamente “se cega” para ter uma relação sexual com um cego. Ana Maria não quer reconhecer as características de sua mãe, em razão da cegueira deliberada provocada pelo “pai”.
Quanto ao órgão mutilado	Olhos

Em relação à narrativa, detidamente no eixo temporal – passado, presente, futuro –, o presente aparece como um período confuso, marcado pelo conflito, por ser um tempo dos desejos, que não se realizam, à primeira vista, de uma maneira clara. O presente na narrativa rodrigueana é uma espécie do tempo indefinido, desconhecido, incompreensível, o causador de muitas estranhezas, e, sobretudo sempre distante e bem diferente do passado e do futuro.

Essas referências indicam o vínculo entre a palavra pronunciada e a repetição dos discursos, transmutando-se na possibilidade do poder mágico e criador do verbo de se amoldar a realidade e a história a ser reinventada. De certo modo, estabelece-se uma força em prol da estruturação da supostas verdades ou dissimulações, numa tentativa de transfigurar o passado; por isso, as personagens preferem falar no espaço fechado, em vez de agir, o que significa convencer-se a si mesmas da permanência das situações pretéritas.

Por sua vez, acompanhando os influxos culturais da década de 40 e seguintes, a tragédia familiar rodrigueana é divergente, em relação à tragédia clássica, adotando a postura de diversos escritores do seu período, como se observa da tabela a seguir:

Tragédia clássica	Tragédia Rodrigueana
Divino no espaço etéreo, sendo as personagens mero joguetes dos desígnios dos Deuses.	A divindade encontra-se no mesmo patamar das personagens, sendo utilizada como argumentos retóricos de autoridade, através dos testemunhos e juramentos.
Destino	Vontade pessoal (razão e paixão)
Personagens são perfeitas e “virtuosas”.	Personagens são imperfeitas, porque possuiu deficiências físicas e desvios de caráter.
As identidades das personagens são predefinidas e imutáveis.	As identidades das personagens são indefinidas e mutáveis. Ex.: A própria filha cega, pelo Ismael (“pai”), acredita que os “outros” são diferentes, exceto ela e o “pai”.
A narrativa se desenvolve a partir de “grandes temas”, tais como, a conquista de povos e o resgate da mulher amada.	A narrativa se desenvolve a partir de “pequenos temas” do cotidiano, tais como, crimes passionais e traições.
Os conflitos ocorrem em espaço aberto.	Os conflitos ocorrem em espaço fechado, no claustro do quarto.
O narrador é heterodiegesico (ou 3º grau), tendo em vista a possibilidade de contemplar os eventos a partir de sua exterioridade.	O narrador é onisciente, porque conhece os aspectos exteriores dos eventos, bem como conhece os aspectos internos das personagens.
Estados mentais constantes. Ex.: Amor e “Fortuna”.	Estados mentais voláteis. Ex.: Paixão, puerpério, e loucura.

Coro Clássico – apelo auditivo	Substituição do Coro Clássico pelas “testemunhas” (o “outro” fora da cena). Ex.: as primas, tias e vizinhos + “Portais retóricos” – Uso dos marcadores discursivos que denotam a sensibilidade do corpo humano, tais como as expressões: viram, disseram, escutaram.
--------------------------------	-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

A utilização de diversos marcadores discursivos, que geram dubiedades, estão relacionadas com a própria narrativa intercruzada por diversos tempos – passado, presente e futuro –, bem como as personagens que utilizam diversas “mascaras”. A própria abordagem inicial da peça, que indica a morte de algum menino, sem identificá-lo, para referenciar que Ismael, possivelmente estava enterrando mais um de “seus meninos”, nos indica que ele dissimula a sua própria identidade – ele é aquele que cega, mas também é “cego”. Essa abordagem tem por estruturas a violência e o desejo, porém, especificamente, por meio de uma dicotomia que comparece na peça, apontando uma oposição entre a visão e a cegueira.

Destarte, determinados aspectos ligados ao enredo da própria peça, os quais se relacionam com a atualidade vivenciada por crianças e adolescentes, serão observados, bem como algumas características do autor, por meio das suas representativas personagens, estas, que, por seu turno, sustentam um forte elo com a tradição jornalística da década de 40 e seguintes.

A CEGUEIRA DELIBERADA E A DISSIMULAÇÃO DE DESÍGNIOS

A cegueira deliberada consiste em “ver aquilo que interessa”, através da dissimulação de desígnios, em detrimento daquilo que não é o escopo. As personagens retratam um passado arquitetado e olham para um futuro inevitável, a morte, que para elas é mais graciosa do que seus respectivos presentes. Se, por um lado, o Ismael, médico, através de sua racionalidade mata o “menino” que há dentro dele, para viver sob os auspícios da concepção do “bom pai de família”, do *pater* poder, referente àquela época, na hierarquia social, a manutenção desse “menino” dentro dele representaria a possibilidade de dar azo à emoção, sentimento de fraqueza. Por outro lado, da perspectiva objetiva do Ismael, o responsável pela família, o que

impulsiona a sua própria vida é a concepção de um filho “idealizado”, porque os outros que foram concebidos com Virgínia não lhe satisfazia, tendo em vista que eram negros, iguais à ele.

De acordo com Ângela Dias, a psicopatologia de Ismael consiste na busca da ascensão social, através da incorporação de determinados valores de grupos específicos. Por isso, a personagem adota atitudes que corroboram em seus designios:

De início, na sua psicopatologia, a busca da ascensão social vai dele exigir a “conquista de valores, status e prerrogativas brancas” (SOUSA, 1983, p. 17). Ao tornar-se médico, Ismael propositadamente cega Elias, seu irmão branco, filho do segundo marido de sua mãe, por invejar sua cor e beleza. (*Ibidem*, 2018, p. 220)

Ademais, Elias, fisicamente cego, em razão do próprio irmão não consanguíneo, “primo”, Ismael, que pingou ácido sob os seus olhos, consegue transitar por diversos grupos sociais, sem represálias, porque, além de ser cego fisicamente, deliberadamente se “cega”, para não enxergar os costumes e normas que inviabilizam a relação amorosa com a sua própria cunhada. Vejamos:

VIRGÍNIA – Mas, ao mesmo tempo, é bom que você seja cego. **Se você não fosse cego, eu teria vergonha de si, não poderia estar aqui com você.** Assim, não. Ponho minhas mãos nas suas (*faz o gesto*) e **não vejo nada demais nisso.**

ELIAS – Mãos tão macias! (grifos nossos) (*ibidem*, 2005, p. 27)

Nesse afã, Elias indaga Virgínia sobre suposto interesse amoroso nele, mesmo após a sua cegueira. Ora, vêm à cena os indícios de uma relação sexual preexistente à debilidade permanente nos olhos de Elias: “**Gosta, não gosta?... mesmo depois de cego...**” (grifos nossos) (*ibidem*, 2005, p. 29). Interessante, que o jogo de dissimulação persiste, sobretudo quando Elias supostamente afirma desconhecer a cor da Virgínia. Ora, se Elias conhecia Virgínia antes mesmo da debilidade permanente, conforme anteriormente exposto, a imaginação de novos atributos, ou a dissimulação da existência de cada um dos atributos, promove o aumento da tensão erótica promovida pelo encontro entre os dois, que se “reconhecem” num quarto, buscando responder perguntas já sabidas, através dos toques corporais, que tanto geram prazer, quanto geram dor. Vejamos:

VIRGÍNIA – **Está-me machucando!**

ELIAS (*baixo, ao ouvido da moça*) – **Tenho medo que você seja linda, mas ordinária!** Diga que não é, que tem sentimento – diga!

VIRGÍNIA (*dolorosa*) – **Eu lhe conto – se você soubesse! Foi aqui mesmo, esta casa era da tia, que me criava. Meus pais tinham morrido. Títia era viúva, e tão fria e má que nem sei como pode existir mulher assim.** Tinha cinco filhas, todas

solteironas, menos uma, a caçula, que ia se casar. Era a única que um dia deixaria de ser virgem... (grifos e destaques nossos) (*ibidem*, 2005, p. 30-31)

Ao longo da narrativa, e, especificamente no trecho supracitado, destacam-se determinados verbos que indicam a indeterminação do sujeito, tais como, “ouviram” e “disseram”. Quando o cego afirma que “disseram” que, Virgínia era branca, o testemunho de uma terceira pessoa indeterminada, fora da cena, que sequer tem uma identidade definida, fica comprometido. No espectro do “ouvir dizer” perpassa diversas intercalações da própria existência do locutor e alocutário, mediado por um discurso ambíguo e impreciso, apto a criar novas significações às personagens.

Aqui, rememora-se o discurso supracitado da menina Mary Ellen, vítima de maus-tratos no âmbito doméstico, na cidade de Nova Iorque (EUA), que foi acolhida pela missionária adventista, após relatos de vizinhos: “Meu pai e mãe estão mortos. Eu não sei quantos anos tenho”. Por sua vez, na peça, a Virgínia afirma que os pais dela também estavam mortos, e, em razão disso, morava com a sua tia (viúva) e suas primas que lhe maltratava: “Meus pais tinham morrido. Titia era viúva, e tão fria e má que nem sei como pode existir mulher assim”.

Semelhantemente, em momento oportuno, veremos que Ana Maria, também cega – física e psicologicamente, pelo Ismael, suposto “pai” –, não conhece os atributos e características físicas do *pater*, tendo em vista o jogo de dissimulação da própria Ana Maria (deliberadamente se “cega”, mesmo após a percepção dos indícios de seu erro) e a simulação de Ismael (cega fisicamente Ana Maria e cria “falas percepções” da realidade). Ele criou um discurso próprio referente aos atributos dos personagens, da sua “própria história” e das histórias que liam para a sua “filha”, e alienou Ana Maria para acreditar que tudo aquilo que era dito, por ele, era verídico, que os “outros” eram diferentes, exceto ele mesmo e ela.

Ainda em relação aos conflitos que se estabelecem na esfera privada, a Virginia (mãe), confessa ao Elias – um fato já conhecido por ambos –, que, ele deliberadamente se tornou “cega de amor” ao se deitar com o pretendente de sua prima. Na “confissão” de Virginia, ela afirma que contaria a razão do casamento com Ismael, se Elias soubesse do caso: Foi aqui mesmo, esta casa era da tia, que me criava”. (*ibidem*, 2005, p. 31)

Ainda, nos ciclos familiares e suas similitudes, aos 15 anos a Virgínia – idade a qual Ana Maria descobre não saber nada sobre seu pai, mas ignora tal fato –, já tinha sido oferecida à pretensão do Ismael – que, até então fora o seu primeiro médico –, beijou o noivo da sua

própria prima. Mais uma vez, Virgínia ressalta outras características do cego, Elias, que lhe agrada, a boca, que se assemelha às características do noivo de sua prima, corroborando ao entendimento que, nesse círculo vicioso, Elias (o cego), foi, em momento anterior, o noivo da sua prima, que, agora, “enxerga” a situação, mas a ignora, em razão do seu desígnio. Ao seu turno, Virgínia, deliberadamente “se cega”, afirmando, inclusive, que Elias teria algumas coisas do noivo de sua prima, a fim de concretizar o seu desejo: “Eu amava o noivo da minha prima, da caçula. Sem dizer nada a ninguém. Este, sim. Você tem alguma coisa dele. Sobretudo, na sua boca – os lábios finos e meigos. [...]” (*ibidem*, 2005, p. 32)

Mais uma vez, a Virgínia dissimula as situações, de plano, sobretudo ao afirmar que a prima se enforcou com uma corda extremamente fina. Logo em seguida, afirma que o noivo da de cujus sumiu para sempre (*ibidem*, 2005, p. 33). Torna-se evidente, mais uma vez, o teor simbólico que permeia a narrativa, tendo em vista que situações que envolvam a traição, tema sensível a núcleo familiar, devem permanecer exclusivamente no âmbito familiar, não podendo transitar no espaço público.

Destarte, a relação entre a cegueira deliberada e a dissimulação, perpassa por toda a narrativa. Inclusive, o cego ajudaria Virgínia a fugir, sendo, no mínimo, inusitado a sua ajuda, tendo em vista a dificuldade de esquadrihar o caminho a ser percorrido na empreitada fugitiva. Por sua vez, Virgínia, “não vê” como seria possível a respectiva empreitada. Destacam-se, as passagens da peça as quais corroboram com o entendimento exposto:

ELIAS – Se você quisesse, eu poderia salvá-la!

VIRGÍNIA – **Não vejo como!**

ELIAS (segurando-a) – **Fugindo!**

[...]

ELIAS (transportado) – **Sabe, não sabe? Que eu farei tudo, tudo?**

VIRGÍNIA – **Sei. Sinto isso em você.** (grifos nossos) (*ibidem*, 2005, p. 35)

Por último, em relação à Ana Maria, percebe-se, pelos indícios de autoria e o raciocínio lógico, que, a adolescente, filha consanguínea de Elias (cego) – que sequer conhece a existência de uma filha –, também foi fisicamente cega pelo Ismael – “pai de consideração” e tio biológico. Metaforicamente, Ismael “cegou” Ana Maria para que a adolescente acreditasse que ele seria o seu próprio genitor – “matando o pai dela” (ignora a existência de algo pela ausência da

percepção) –, bem como em qualquer história que fosse contada por ele, inclusive em relação às suas próprias identidades, tendo em vista que os “outros” eram diferentes. Destacamos:

VIRGÍNIA – **Ana Maria precisa saber muitas coisas, inclusive que você é um estranho, um desconhecido; e que matou o pai dela ...**

[...]

VIRGÍNIA – [...] **Só não pensei que você fosse fazer o que fez – uma criança, uma inocente – e você pingou ácido nos olhos dela – ácido (quase histérica).** Você fez isso, fez, Ismael? Ou eu é que sou doida, que fiquei doida, e tenho falsas lembranças? (*suplicante*) Fez isso, fez, com a minha filha, a filha de Elias? (grifos nossos) (*ibidem*, 2005, p. 68-69)

Em outro momento, torna-se evidente a dissimulação perpetrada por Ismael, que, além de negar a verdadeira identidade existencial de Ana Maria, que aparece como filha dele, nega a sua própria identidade ao afirmar, para a filha, que ele seria branco, enquanto os demais seriam negros, adotando uma cegueira deliberada. Por sua vez, a própria Ana Maria, também adota a mesma postura da cegueira deliberada ao evitar tocar no cabelo de sua mãe, para tentar, ao menos, buscar compreender as diferenças, porque, para ela, não seria possível imediatamente entender tais distinções, tendo em vista que praticamente nasceu cega, e o seu mundo se restringia a dois discursos dissonantes, que estão reclusos no quarto:

VIRGÍNIA – Ismael é preto.

ANA MARIA – **Preto, meu pai? (feroz) Ele, não. Os outros, sim.** É por isso que ele me esconde aqui, que me guarda, não deixa ninguém falar comigo, a não ser você. Porque todos são pretos, (*repete, espantada*) todos! Até no livro que meu pai leu para mim...

VIRGÍNIA – Também no livro?

ANA MARIA – Os personagens são pretos.

VIRGÍNIA – E eu?

ANA MARIA – Você?

VIRGÍNIA (*feroz*) – Também sou preta?

ANA MARIA – Não sei como és, como são teus cabelos, teu rosto, tuas mãos... Ele não me disse, nem eu quero imaginar... (grifos nossos) (*ibidem*, 2005, p. 82-83)

Destarte, vê-se o círculo familiar permeado por vozes ambivalentes e dúplices, que dilaceram as normas jurídicas, os costumes, a moral ou a ética. Ismael, representante do núcleo familiar, *pater* poder, nega a sua própria identidade ao atribuir-se como outro – deliberadamente “se cega” –, perpetrando uma violência simbólica contra aqueles que lhe oprimiram, representa

o círculo de alternâncias dos postos de dominação na hierarquia social: ora dominador, ora dominado.

PROVA DE MATERIALIDADE E INDÍCIOS DE AUTORIA: CRIMES EM NOME DA SUPOSTA “HONRA FÍSICA”

A máscara tem quatro dimensões, as quais são dispostas do seguinte modo, a partir da máxima proferida, na obra de Nelson Rodrigues, “cada máscara tem dois lados”, de imediato reconhecemos dois: lado direito e lado esquerdo. O **lado direito**, relaciona-se à compreensão, àquilo que se **depreende** da narrativa, os elementos fáticos que estão postos, a partir de uma leitura corrente, tal como o enredo estruturado nas representações cênicas e as considerações comumente balizadas pela crítica literária especializada.

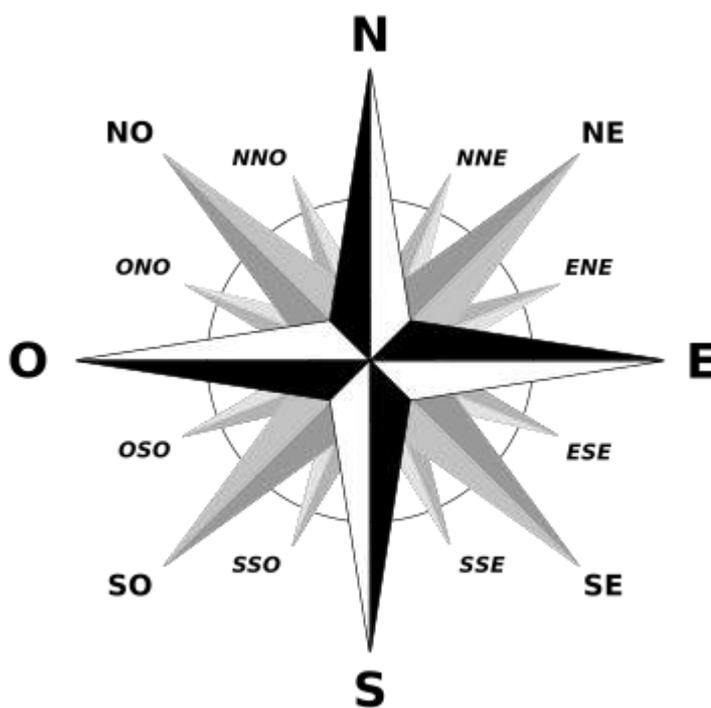
Por sua vez, o **lado esquerdo**, relaciona-se à **inferência**, àquilo que está na camada mais densa da narrativa, mas vem à tona, de forma nítida, quando as próprias personagens afirmam que há máscaras a serem observadas. Em razão disso, uma leitura mais atenta, por meio do raciocínio lógico e objetivo, deve ser contemplada na narrativa que, naturalmente, desabrocha em fatos noticiados em jornais e os fatos que circulam pelas investigações policiais, a partir do “núcleo familiar privado” que se relaciona com o “núcleo familiar público”, através da hierarquia do comando social, da ordem, dos costumes, do lícito e do ilícito.

A máscara tem seu **aspecto externo**, que pode ser compreendido como a junção do lado direito (aquilo que se depreende) e esquerdo (aquilo que se infere), sendo esse extraído através de um estudo analítico profundo, o qual se coloca um espaço de “certezas positivas” (lado direito da máscara), de um lado, e, de outro (lado esquerdo da máscara), um espaço de “certezas negativas”, e, na intersecção desses dois lados temos um espaço cinzento, griseo, de incertezas, o qual estão colocados temas nebulosos antigos, os quais “vestem uma roupagem nova”, tais como: a violência doméstica, alienação parental e o castigo imoderado contra as crianças e os adolescentes.

Por último, a máscara tem seu **aspecto interno**, que pode ser entendido como o “caminho epistemológico” percorrido pelo autor da obra. Este percurso, por óbvio, se afasta do discurso simplista, “o que autor quis dizer” – racionalmente inviável –, tendo em visto o que se contempla com a respectiva abordagem são os indícios de autoria e prova da materialidade dos

“rastros do caminho literário” percorrido pelo autor, através de fatos colacionados em jornais, matéria-prima de sua obra.

Destarte, as quatro dimensões da máscara permite-nos estruturar o **PRINCÍPIO INTERPRETATIVO DAS ROSAS DO VENTO**, a partir do qual é possível o estudo detalhado da obra, por meio de elementos estruturantes e norteadores – os quatro pontos cardeais –, os quais nos indicam um direcionamento claro e objetivo de interpretação literária, através de vetores que decorrem de um efetivo estudo árduo e aprofundando do **lado direito** (aquilo que comumente se **depreende** da narrativa), do **lado esquerdo** (aquilo que se **infere** a partir do raciocínio lógico e objetivo de elementos que estão “mascarados” pelas personagens e desenvolvidos ao longo da narrativa), do **aspecto externo** (as incertezas, a “zona cinzenta”, que se extraem daquilo que se depreende e daquilo que se infere), e, por último, o **aspecto interno** (o “caminho epistemológico” percorrido pelo autor, através de fatos quotidianos colacionados em jornais, os quais embasaram a sua produção).



Igualmente, o **PRINCÍPIO INTERPRETATIVO DAS ROSAS DO VENTO** é perfeitamente aplicável para “enxergar” os fatos que não estão postos, “às claras” e “ouvir” as “vozes inaudíveis”. O educador social, sensível às oscilações sociais do seu tempo, sem se olvidar do passado, para a construção do futuro digno às crianças e adolescentes, os quais se encontram em estado de vulnerabilidade, tem a aptidão de combater o “inimigo invisível” – que

em muitos casos decorrem no âmbito privado, mas espraiam efeitos no âmbito público –, através das seguintes indagações:

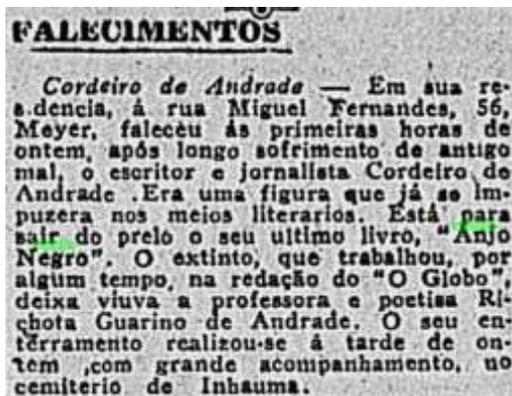
- ✓ **Quem?**
- ✓ **Fez?**
- ✓ **O que?**
- ✓ **Quando?**
- ✓ **Onde?**
- ✓ **Como?**
- ✓ **Por que?**

A interpretação da obra literária e a interpretação dos “conflitos aparentes”, que eclodem no espectro social, perpassam pela própria interpretação do mundo, *Leitura do Mundo*, balizada por instrumentos discursivos – inclusive o silêncio –, que ora indica uma orientação interpretativa, no texto e na vida, mais restrita aos aspectos expressos, colocados em cena (reducionismo), ora indica uma orientação interpretativa mais ampliada aos aspectos implícitos, colocados fora da cena (extrapolação).

Desse modo, a junção dos aspectos expressos, colocados em cena, e dos aspectos implícitos, colocados fora da cena, bem como o acréscimo da “bagagem formacional” inerente ao ser, proporcionam ao crítico literário e ao educador social, o devido comprometimento ético na formação da pesquisa e do educando social. Tais perguntas são fundamentais para a compreensão de algum contexto específico, podendo ser este um evento naturalístico que decorra diretamente dos fatos humanos ou um evento literário que decorra diretamente do contexto da narração, dissertação ou descrição. Em outras palavras, cabe ao intérprete do mundo – o Eu –, através das perguntas supracitadas, perceber aquilo que lhe é posto (evidenciado) ou lhe é indiciário pelo contexto fático.

Nesse sentido, as temáticas relacionadas à violência doméstica, à alienação parental e ao castigo imoderado contra as crianças e os adolescentes, sempre ecoaram nos jornais – ainda que inexistente essas “roupagens específicas” – sendo a matéria prima de produção de Nelson Rodrigues, além de outros autores, destacando-se, sobremaneira, o jornalista do *O Globo* e

escritor Cordeiro de Andrade, autor do primeiro livro intitulado como *Anjo Negro*, no prelo desde 1943, sendo publicado, como obra póstuma em 1946, um ano antes de *Anjo Negro*, de Nelson Rodrigues. Vejamos:



(CORREIO DA MANHÃ, TERÇA-FEIRA, 9 de Novembro de 1943)

Ainda, as origens e os percursos literários se assemelharam em muitos aspectos, inclusive, em relação às temáticas tratadas. Nelson Rodrigues, nasceu em 23 de agosto de 1912, no Recife, Pernambuco, já, Cordeiro de Andrade, nasceu em 26 de outubro de 1908, Sobral, Ceará. Ambos, se mudaram para o Rio de Janeiro, onde residiram até a morte.

A respeito da leitura histórica dos fatos cotidianos, tem-se, como embasamento, o “caminho epistemológico” percorrido pelo autor, o qual estabeleceu a sua obra por meio de assuntos presentes no jornal (**aspecto interno** da máscara). Desse modo, contemplam-se os indícios de autoria e prova da materialidade dos “rastros do caminho literário” percorrido pelo autor, através de fatos colacionados em jornais – detidamente algumas folhas –, subsídio de sua obra. Vejamos diversos elementos explícitos, do mesmo jornal, *Correio da Manhã*, Terça-Feira, 9 de Novembro de 1943, que perpassam na peça *Anjo Negro*, de Nelson Rodrigues:

- i) **Identidade:** noticia-se “O homem que mudou de cor”, utilizando-se princípios científicos da doença denominada *vítigo*, para afirmar que, sendo esse homem negro, ainda que tenha um filho com uma mulher branca, ainda sim o filho será negro “ou pelo menos mulato” – determinismo social impregnado da cientificidade: “Mas o que se deve esperar é que, como o *vítigo* costuma fazer herdeiros, essa criança preta venha a ter, no futuro, qualquer coisa no mesmo gênero da enfermidade que tanto preocupou o pai”.
- ii) **Desconfiança em relação à mulher:** ainda, na notícia intitulada “O homem que mudou de cor”, existe apenas uma possibilidade da criança nascer branca, a mulher

adulterando o homem: “Se essa criança viesse ao mundo branca, é que não seria o caso muito fácil de explicar”.

Aqui, torna-se oportuno colacionar, na integralidade, a reportagem destacada:

O HOMEM QUE MUDOU DE COR...

De Porto Alegre vem a notícia: Um homem, chamado Pedro Vaz, preto de nascimento, está agora branco. Não se lembra de ter tido nenhuma doença geral. Mas conta que, há cerca de 18 anos, começaram a surgir-lhe no corpo algumas manchas brancas, que foram progredindo, malhando-lhe a pele. Um dia, o homem ficou inteiramente branco. E tendo-se unido a uma mulher de cor branca, é hoje pai de um pretinho, como ele o fora antigamente.

Tudo isso é muito natural. Pedro Vaz é preto. Teve uma doença chamada *vitiligo*, muito conhecida a qual operava apenas o descoloramento cutâneo. Sendo Pedro Vaz um preto, o seu filho devia nascer preto também — ou pelo menos mulato. Se essa criança viesse ao mundo branca, é que não seria o caso muito fácil de explicar. Mas o que se deve esperar é que, como o *vitiligo* costuma fazer herdeiros, essa criança preta venha e ter, no futuro, qualquer coisa no mesmo gênero da enfermidade que tanto preocupou o pai.

Em nessas condições, não há nenhum fenômeno estranho no caso de Porto Alegre, que não se presta a estudos especiais, a julgar pelo que o telegrama trouxe a conhecimento do público.

(CORREIO DA MANHÃ, TERÇA-FEIRA, 9 de Novembro de 1943)

iii) **A relação da mulher independente no espaço público:** noticia-se o filme “A estranha passageira”, produzido pela empresa americana *Warner Bros.*. Vê-se que, a mulher, desacompanhada, no espaço público, fora do claustro, era considerada como “estranha” e “errada”, inclusive, perante as próprias mulheres, que, contemplavam determinadas cenas como supostamente errôneas (“*now voyager*”), e espalhavam boatos de infidelidades: “Toda mulher tem direito a um erro... E não lamento o meu!”



(CORREIO DA MANHÃ, TERÇA-FEIRA, 9 de Novembro de 1943)

iv) **A relação da mulher independente no espaço privado:** Nesse ambiente particular, que espraia reflexos no ambiente público, são contemplados três perfis de mulheres, que, são a *mater* familiar, sendo as duas primeiras “**transformaseadas**” em uma figura de homem:

a) primeiro, relaciona-se àquela que busca concretizar os interesses da coletividade, subordinando aos próprios interesses, tal como se noticia a companhia de seguro denominada “*A patriarca*”. Interessante o artigo definido “a” para qualificar a mulher no posto patriarcal do homem, pois, o mais acertado seria “a matriarca”. Dessa forma, a empresa seguradora, para aumentar a sua credibilidade perante o mercado, utiliza a

figura materna transvestida em paterna, para afirmar que cumpre os acordos: “A Patriarca, norteada por este princípio, protege seus bens, ampara seu trabalho e futuro, contra todos os riscos cobertos pelos seus seguros e diante dos quais o homem, individualmente, nada pode fazer”.

ESTE EMBLEMA CONCRETIZA
Um grande princípio!

COMPANHIA DE A PATRIARCA SEGUROS GERAIS

“Subordinar os interesses particulares aos da coletividade.”

★ “A PATRIARCA”, norteada por este princípio, protege seus bens, ampara seu trabalho e seu futuro, contra todos os riscos cobertos pelos seus seguros e diante dos quais o homem, individualmente, nada pode fazer.

“A PATRIARCA”

COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS

★
SEDE: SÃO PAULO
Prédio Martinelli - 90º andar
Tel. 3-4157 - Cx. Postal 207-A
End. Teleg. “APATRIARCA”

★
Secursal Capital Federal
Avenida Rio Branco, 251-53
Cx. Postal 2034 - Tel. 22-7150

Agências - CORITIBA: R. Marechal Floriano, 256 - PORTO ALEGRE: R. Uruguai, 35

(CORREIO DA MANHÃ, TERÇA-FEIRA, 9 de Novembro de 1943)

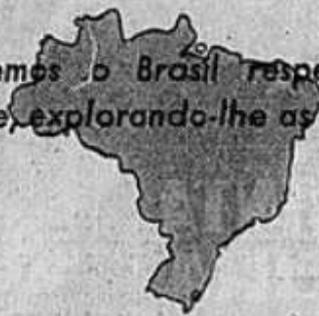
b) segundo, relaciona-se àquela que busca construir uma “casa forte”, bem alicerçada, e se preocupa com o futuro, através da economia de gastos, assim como consta na propaganda de cimento, da empresa denominada “Vitória”, que, insere no anúncio a imagem de uma mulher aparentemente europeia, com uma musculatura extremamente viril, com adornos indígenas, roupa de expedicionária no formato de um vestido curto, e uma “bainha junto ao vestido” apresenta uma espada: “Cimento é a estrutura econômica das nacionalidades”.



Um país **FORTE**

exige reservas econô-
micas de seu povo.

Tornemos o Brasil respeitado e
pujante, explorando-lhe as riquezas



A grandeza de um país, a sua
abastança e prosperidade diman-
nam da economia popular consolidada.
Um povo rico de iniciativas, que sabe
aplicar convenientemente as suas re-
servas econômicas, faz a sua prospe-
ridade, enriquecendo e engrandecendo
a sua Pátria.

O Brasil é um país de riquezas imensas
inexploradas. Aproveitemos a situação
afitiva que envolve o mundo para nos
tornarmos respeitados e pujantes.

O CIMENTO é uma indústria lucrativa.
Exploremo-la, pois, contribuindo para a
maior expansão econômica do Brasil.

A Cia. Fluminense de Cimento Portland,
com bancos imensos de calcáreo na
Lagoa de Araruama, trabalha, cheia
de ardor e de patriotismo, por um
Brasil mais forte e mais rico. Auxilie
essa grandiosa iniciativa, comprando
ações de sua incorporação, à vista ou
em 5 prestações mensais de Cr\$ 40,00
e, assim, aumentará o seu patrimônio,
tornando o Brasil respeitado e pujante.

O CIMENTO É A ESTRUTURA ECONÔMICA DAS NACIONALIDADES

● INCORPORADOR: Thucydides
Mello Araujo, Diretor da Empresa
Imobiliária Parque do Soberbo —
Diretor da Empresa Agrícola e
Pastoral Iguassú Ltda. — Presiden-
te da Cia. Territorial Heliópolis.



CIA. FLUMINENSE DE CIMENTO PORTLAND

Rua do Rosario, 104 - 4.º andar — Telefone 23-4383 - Rio

Sede Industrial:

Cabo Frio — Estado do Rio de Janeiro

c) terceiro, àquela que mesmo após a morte, mantém intocável seu estado civil de viuvez. A viúva, era vista com muita desconfiança, porque, na década de 40, nem a morte rompia o laço matrimonial, somente a infidelidade conjugal, devidamente comprovada. Em razão disso, a viúva constantemente era observada como uma mulher solteira, rodeada de outras mulheres, no ambiente doméstico sombrio, como a caracterização de uma “bruxa avarenta”. Aqui, na convocação da missa, “Viúva Generosa de Barcellos Pinheiro”, vê-se uma “viúva generosa”, que, por sua vez gera uma intensa ambiguidade imagética, especialmente, sob os auspícios do cabedal cultura e social da década de 40, tal como estamos traçando, no inédito trabalho apresentado:



(CORREIO DA MANHÃ, TERÇA-FEIRA, 9 de Novembro de 1943)

v) **Ambiente do quarto como um espaço em trânsito, sem identidades:** vincula-se a publicidade de um sofá-cama, como a possibilidade da sala de estar virá uma quarto. Interessantemente, observa-se que a especialização funcional dos espaços residenciais, sobretudo o quarto, local de individualidade, intimidade e confidências amorosas, em segredo (ARIÈS, 1991, p. 13). Aqui, no anúncio, o quarto perde a sua função inerente, tendo em vista a diminuição da dimensão dos cômodos, em detrimento da sala, local aberto e receptível ao público visitante: “Poderíamos ter um quarto a mais: *living* durante o dia, dormitório durante à noite”.

Poderíamos ter

Um quarto a mais

Living durante o dia
Dormitório durante a noite





Para seu apartamento adquira um lindo sofá-cama DRAGO, que se transforma facilmente numa cama confortável. Assim terá, durante o dia, uma sala de visita admirável e, durante a noite, no mesmo lugar um dormitório da máxima comodidade. Escolha entre os variados modelos o sofá-cama DRAGO que mais lhe agradar pelo preço de móveis estofados comuns.

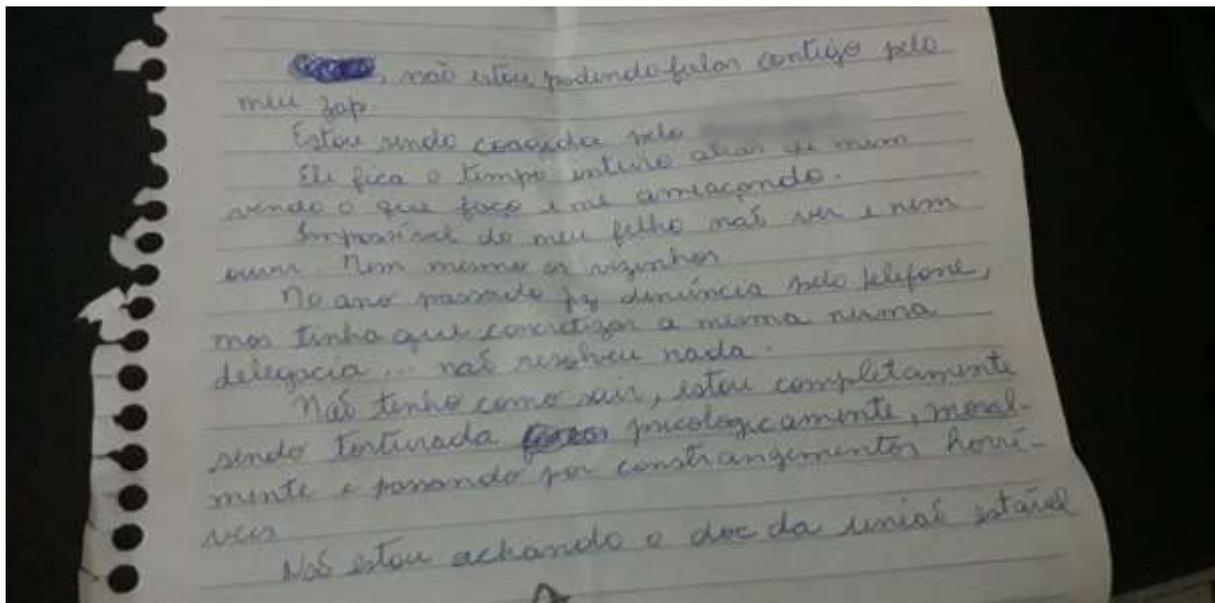
7 de Setembro, 209
Cidade, 141
Monsieur Filho, 51-A

SOFÁ - CAMA
DRAGO
resolve com economia e arte o problema do pequeno espaço.

(CORREIO DA MANHÃ, TERÇA-FEIRA, 9 de Novembro de 1943)

Nesse afã, torna-se oportuno observar, no período hodierno, novos influxos jornalísticos que tratam do aumento de casos relacionados à violência doméstica, contra mulheres e crianças e adolescentes, trazendo à cena, justamente, àquela reportagem enunciada no início, do presente artigo, que apresentava a seguinte manchete: “**Bilhete ajuda mulher a ser resgatada de cárcere privado após 8 anos: 'Não tenho como sair'**”. Esta reportagem, coaduna-se com a problemática enfrentada na década de 40, que, até hoje é muito presente, inclusive, aumentando intensamente nesse momento de claustro generalizado, em razão do coronavírus (COVID-19), tal como foi relatado: “Ela estava muito nervosa e mal conseguia falar”, disse a delegada. Bilhete chegou aos policiais com a ajuda do filho da vítima. Caso aconteceu em Campo Grande, na Zona Oeste do Rio”¹².

¹² Vide: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2020/07/09/bilhete-ajuda-mulher-a-ser-resgatada-de-carcere-privado-apos-anos-nao-tenho-como-sair.ghtml>



Bilhete escrito pela vítima ajudou policiais da DEAM-Oeste a prender homem suspeito de manter a mulher sob cárcere na Zona Oeste do Rio — Foto: Divulgação/ Polícia Civil

(Fonte: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2020/07/09/bilhete-ajuda-mulher-a-ser-resgatada-de-carcere-privado-apos-anos-nao-tenho-como-sair.ghtml>)

O filho, conseguiu se desfazer da “cegueira deliberada”, confrontando-se com a própria situação de vulnerabilidade vivenciada a anos, pela mãe, o menino entregou o bilhete de socorro à delegada.

Ainda, percebe-se que a violência doméstica aumentou 50% na quarentena, no Estado do Rio de Janeiro, conforme notícia veiculada no jornal *O Globo*, no dia primeiro de maio de 2020. Vejamos:

Segundo especialistas, a convivência intensa, a tensão do momento e o próprio isolamento social, longe de parentes e amigos, contribui para que o número de casos de violência doméstica aumentem ou piorem. Mas os casos notificados ainda estão bem abaixo da realidade, afirma Marisa Gaudio, diretora de Mulheres da OAB-RJ:

- A maioria das mulheres não denuncia o seu agressor ainda. **Vivemos em uma sociedade muito machista e patriarcal que culpabiliza a mulher pela agressão, pelo fim de uma relação, especialmente se envolver filhos, e que desestimula essa mulher a denunciar.** O convívio intenso, nesse momento de muita ansiedade e tensão, tem piorado os casos. Um pessoa que nunca bateu, por exemplo, pode ter descambiado para a violência física. (grifos nossos)

(Fonte: <https://oglobo.globo.com/sociedade/coronavirus-servico/violencia-domestica-dispara-na-quarentena-como-reconhecer-protoger-denunciar-24405355>)

A partir do transcurso temporal da década de 40 até hoje, um ponto fulcral está em jogo nos ciclos de violência: a culpa. Em trechos destacados do jornal, *CORREIO DA MANHÃ*, os quais embasaram a obra de Nelson Rodrigues, vemos a culpa, por erros no relacionamento, está

associado à mulher. Na reportagem do jornal *O Globo*, publicado no meio da pandemia do coronavírus, vemos que a sociedade ainda culpabiliza a mulher: “**Dificuldades**. Segundo especialistas, por estarem envolvidas emocionalmente, **muitas vezes com filhos**, as mulheres têm dificuldade de identificar principalmente as agressões psicológicas, que podem levar as agressões físicas e até ao feminicídio. **A sociedade tende a estigmatizar e culpabilizar a mulher em casos como esses e desestimular que denunciem os agressores**”¹³ (grifos nossos).



(Fonte: <https://www.emerj.tjrj.jus.br/publicacoes/cartilhas/violencia-domestica/versao-digital/8/index.html>)

Inclusive, no *Anjo Negro*, de Nelson Rodrigues, a referida estratégia de culpabilizar a vítima, se encontra presente, especialmente, no momento final de peça, quando a Tia e a Prima, afirmam que Virgínia estaria morta, porque seria culpada da fúria de Ismael, mesmo sem ver o cometimento do assassinato (“cegueira deliberada”). Na verdade, Elias (cego), amante da Virgínia, que foi morto, em nome da Legítima Defesa da “Honra Física” (suposta violação sexual) da sua mulher (*ibidem*, 2005, p. 82-83).

No espaço privado atual evidenciam-se os mesmos conflitos contra as crianças e adolescentes, perpetrados por parentes, que outrora foram vítimas de violências, mas, agora, são os opressores, ou seja, as “lentes ideológicas” foram revisitadas. Dentre os conflitos que

¹³ Vide: <https://oglobo.globo.com/sociedade/coronavirus-servico/violencia-domestica-dispara-na-quarentena-como-reconhecer-protoger-denunciar-24405355>

assolam o espaço privado¹⁴, destacam-se os seguintes: alienação parental, castigos imoderados, violência sexual e moral. Tais conflitos, imperceptíveis no espaço público, ganharam luzes na obra rodrigueana, desde a década de 40. Por isso, torna-se oportuno elucubrar: no futuro breve, quais serão as medidas sociais e políticas poderão diminuir as violências contra as crianças e adolescentes, no âmbito doméstico?

Aparentemente, a referida indagação “parece” uma mera suposição, todavia, trata-se de um prognóstico, a partir do que já tínhamos percebido como avanços e retrocessos sociais, desde 1940. Nessa toada, em 1959, surge a Declaração de Direitos da Criança, tratando-se do primeiro documento internacional a reconhecer a criança como sujeito especial de direitos, pessoa em estágio peculiar de desenvolvimento físico, psíquico e moral – não mais como um mero recipiente, como sujeição passiva a uma proteção instituída.

Importante destacar que o reconhecimento da criança, como sujeito de direitos especiais, inaugura a doutrina da proteção integral, uma vez que lhes são reconhecidos os mesmos direitos dos adultos, e tantos outros em função do estágio peculiar de desenvolvimento em que se encontram. Nesse sentido, surge o ECA (Lei nº 8.069, de 13 de julho, de 1990), que, no ordenamento interno, promove a doutrina da proteção integral, e define quem são as crianças e os adolescentes¹⁵.

Ainda, destacamos dois marcos legais, que foram confeccionados a partir da dor e sofrimento de muitas crianças e adolescentes: Lei Menino Bernardo (Lei nº 13.010/14) e Lei de Alienação Parental (Lei nº 12.318, de 2010 - LAP)¹⁶. Ao seu turno, salienta-se que 40% dos

¹⁴ Em momento anterior, estabeleci a análise de alguns novos conflitos, no âmbito público, dentre eles: automutilação nas escolas; trabalho infantil e resiliência; medicalização da vida escolar; escola e religião; bullying, *hate speech* e *stalking*.

Vide: ALONSO, Leonardo. Pedagogia Social e o ECA: reflexões acerca dos direitos de crianças, adolescentes e jovens no Estado Democrático de Direito. *Revista Pedagogia Social UFF*, v.6, n. 2, dez. 2018. Disponível em: <<http://www.revistadepedagogiasocial.uff.br/index.php/revista/article/view/154>>. Acesso em: 06 ago. 2020.

¹⁵ A criança é entendida como a pessoa com até 12 (doze) anos incompletos, ao passo que o adolescente é compreendido como a pessoa entre 12 (doze) anos completos e 18 (dezoito) anos incompletos.

¹⁶ Esta, poderá ser revogada em breve: “O pedido de revogação partiu da CPI dos Maus Tratos, encerrada em dezembro de 2018. Durante os trabalhos da comissão, foi recorrente o relato de casos de mau uso da Lei da Alienação Parental por pais supostamente abusadores, que apresentariam denúncias falsas contra o ex-cônjuge para obter a guarda da criança e continuar com os abusos. Por isso, a CPI decidiu apresentar projeto para revogar a Lei da Alienação Parental”.

Vide: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2020/02/18/alteracao-na-lei-de-alienacao-parental-avanca>. Acesso em: 06 ago. 2020.

casos de homicídio, no Brasil, quem estão na posição de vítimas são as crianças e adolescentes, segundo estudos do Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef)¹⁷.

A partir dessas constatações, vê-se que as crianças e adolescentes, em situação de vulnerabilidade, não estão sendo protegidas adequadamente, como se vê no incremento da violência doméstica. Todavia, atitudes políticas, sob aspecto da cidadania ativa, vem ocorrendo de forma intensa, à luz do Princípio da Solidariedade.

Aqui, destaco que a cidadania ativa e os canais de recebimento de denúncia estão sendo essenciais no combate contra as violências sofridas pelas crianças e adolescentes, no espaço doméstico, a partir dos seguintes aspectos:

Cidadania ativa	Ações	Exemplos
Crianças e Adolescentes, em situação de vulnerabilidade	Crianças e Adolescentes, além de serem vítimas das atrocidades, no âmbito doméstico, elas estão denunciando as agressões praticadas contra elas ou terceiros.	Menino que denunciou o pai que mantinha a mãe em cárcere privado por 8 anos.
Crianças e Adolescentes	Ampliação dos canais denúncias.	Paola Nogaroli, de 17 anos, e Artur Cintra, de 16 anos, criaram a campanha “Você nunca estará sozinha”. Cartaz está sendo exibido em 16 outdoors digitais ¹⁸ .
Espaço escolar	Projeto escolar idealizado por crianças e adolescentes.	Idem
Expansão dos Canais de Recebimento de Denúncias	O Governo Estadual, o Poder Judiciário e o Ministério público instituíram canais de comunicação contra as violências perpetradas no âmbito doméstico.	No Rio, é possível fazer a denúncia virtualmente. O telefone para denunciar é o 180. A Delegacia da Mulher (Deam) e os Juizados de Violência Doméstica e Familiar cuidam especificamente desses casos. Outros números para apoio

¹⁷ Crianças e Adolescentes – indicadores Sociais (2006). Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Rio de Janeiro, com o apoio do Fundo das Nações Unidas para a Infância - UNICEF, Vol. 4.

¹⁸ “Temos visto relatos de meninas e mulheres que estão sofrendo em isolamento com companheiros abusivos, vítimas de agressão física, abuso psicológico, emocional e sexual – e cabe a nós, enquanto sociedade, proteger essas mulheres”, afirma Paola. Vide: <https://paranashop.com.br/2020/08/aumento-de-casos-de-violencia-domestica-na-quarentena-inspira-adolescentes-a-criarem-campanha-3/>. Acesso em 13 de ago. 2020.

		nessa situação: (21) 23328249 (Disque Mulher), 127 (Ministério Público) e (21) 972268267 (Núcleo Especial de Direito da Mulher e Vítimas de Violência da Defensoria do Rio).
--	--	------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

Nesse sentido, no Estado do Rio de Janeiro, são observados outros pontos positivos, que, se relacionam diretamente com os pactos de solidariedade, firmado pela população, que, proporcionaram a redução dos registros de violência doméstica (lesão corporal dolosa), entre os meses de março e maio de 2019 – março e maio de 2020, sendo caracterizada pela significativa diminuição de aproximadamente 46%. Vejamos:

Tabela 1: Registros de violência doméstica (lesão corporal dolosa).

Estados selecionados, março a maio de 2019 – março a maio de 2020

Unidade da Federação	Lesão corporal dolosa									Acumulado (março a maio)		
	mar/19	mar/20	Variação (%)	abr/19	abr/20	Variação (%)	mai/19	mai/20	Variação (%)	2019	2020	Variação (%)
	Acre	14	10	-28,6
Amapá	74	36	-51,4	26	29	11,5	25	27	8,0	125	92	-26,4
Ceará	462	365	-21,0	483	329	-31,9	467	351	-24,8	1.412	1.045	-26,0
Espírito Santo	613	431	-29,7	556	420	-24,5
Maranhão ⁽¹⁾	223	6	-97,3	108	3	-97,2	84	55	-34,5	415	64	-84,6
Mato Grosso ⁽²⁾	953	744	-21,9	818	731	-10,6	896	729	-18,6	2.667	2.204	-17,4
Minas Gerais ⁽³⁾	2.108	1.807	-14,3	1.900	1.653	-13,0
Pará	607	527	-13,2	643	126	-80,4	357	704	97,2	1.607	1.357	-15,6
Rio de Janeiro	3.796	2.750	-27,6	3.641	1.875	-48,5	3.117	1.686	-45,9	10.554	6.311	-40,2
Rio Grande do Norte	287	385	34,1	286	121	-57,7	62	78	25,8	635	584	-8,0
Rio Grande do Sul	1.949	1.799	-7,7	1.719	1.259	-26,8	1.499	1.216	-18,9	5.167	4.274	-17,3
São Paulo	4.753	4.329	-8,9	4.937	3.244	-34,3	4.439	3.237	-27,1	14.129	10.810	-23,5
Total	15.226	12.758	-16,2	15.174	9.801	-35,4	11.502	8.503	-26,1	36.711	26.741	-27,2

(1) Os dados de abril são até o dia 17/04 de 2019 e 2020 e considera as ocorrências enquadradas como "Maria da Penha - violência física, qualquer conduta que ofenda sua integridade ou saúde corporal".

(2) Os dados referentes a abril de 2019 e de 2020 dizem respeito somente às vítimas com idades de 18 a 59 anos.

(3) Os dados de Minas Gerais incluem tentativas.

Fonte: Secretarias Estaduais de Segurança Pública e/ou Defesa Social; Observatório de Análise Criminal do NAT/MPAC; Instituto de Segurança Pública do Rio de Janeiro; Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

(Fonte: <https://nacoesunidas.org/especialistas-reunem-propostas-para-combater-violencia-de-genero-no-brasil-durante-a-pandemia/>)

CONCLUSÃO

A interpretação da peça teatral, assim como a própria vida, perpassa, necessariamente pelo *Princípio Interpretativo das Rosas dos Ventos*, onde o sopro do autor – nós mesmos –, dá sentido às representações. À luz da Pedagogia Social, fortalece-se o comprometimento ético, para a formação de instrumentos conciliatórios, na promoção da *Leitura de Mundo* (espaços de convivência criados pelo discurso) e proteção das crianças e adolescentes, que se encontram em vulnerabilidade.

Destarte, ao pesquisador, e, especialmente ao educador social, cabe a escolha de “ver” o aspecto positivo dos fatos, para aperfeiçoá-los, ou “ver” o aspecto negativo dos fatos, para apenas negá-los, ou, ainda, ver os dois lados (as “zonas de incertezas”) para propor e concretizar mudanças, seja através do fomento de programas escolares¹⁹ ou a própria cidadania ativa, que se dá pela denúncia de violências perpetradas contra as crianças e adolescentes – inclusive em relação às mulheres que, como foi visto anteriormente, ficam silenciadas para a proteção dos filhos –, ou, pela concretização de projetos comunitários, tal como àquele que está sendo implementado por dois adolescentes, através de cartazes espalhados em 16 outdoors digitais, e em QR CODE, com a seguinte campanha: “Você nunca estará sozinha”.

¹⁹ Entendo a importância do Teatro, como instrumento de humanização no currículo escolar, à luz da Pedagogia Social. Para tanto, faz-se imprescindível analisar determinadas possibilidades e estratégias político-pedagógicas no Brasil pelas quais se devem partir de um novo enfoque metodológico, garantindo-se maior mobilidade no *fazer-ser*. A importância da inserção desta atividade na escola reside numa práxis que propicie um educando livre, crítico, criativo, autônomo e responsável pela criação de seu próprio mundo, por meio de um conhecimento diversificado e lúdico. Sendo assim, os jogos teatrais na educação é uma meta a ser conquistada nas escolas, para promover a aprendizagem e a promoção de valores sociais, o compromisso ético e os Direitos Humanos no contexto atual dos centros escolares.

Vide: ALONSO, Leonardo; PIRES, Jane. A relação dos jogos teatrais no currículo escolar. *Revista Pedagogia Social UFF*, v. 6, n. 2, dez. 2018. Disponível em: <<http://www.revistapedagogiasocial.uff.br/index.php/revista/article/view/153>>. Acesso em: 14 ago. 2020.

BIBLIOGRAFIA

ALTHUSSER, Lois. Ideologia e Aparelhos Ideológicos de Estado. In: Zizek (Org.). *Um mapa da ideologia*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

ARAÚJO, Margareth Martins. *Pedagogia Social: diálogos com Crianças Trabalhadoras*. 1º ed. São Paulo: Expressão e Arte, 2015 (Coleção Pedagogia Social v. 8)

ARIÈS, P. & DUBY, G. *História da vida privada*, Vol. 3: da Renascença ao Século das Luzes (Feist, H., Trad.). São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

_____. *História da vida privada*, Vol. 4: da Revolução Francesa à Primeira Guerra (Bottman, D., & Joffily, B., Trad.). São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

ARROYO, Miguel G. Corpos precarizados que interrogam nossa ética profissional. In: ARROYO, Miguel G.; SILVA, M. R. *Corpo infância: exercícios tensos de ser criança, por outras pedagogias dos corpos*. Petrópolis: Vozes, 2012. p. 23-54.

BARRETO, Vicente de Paulo. *O fetiche dos Direitos Humanos e outros temas*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010.

BAUMAN, Zygmunt. *Modernidade e Ambivalência*. 1ª ed. Rio de Janeiro: J. Zahar Ed., 1999.

_____. *Modernidade Líquida*. Tradução: Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

BORGES, Jorge Luis. *O Aleph*. Tradução: Davi Arrigucci Jr. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

BOURDIEU, Pierre & PASSERON, Jean Claude. *A reprodução: Elementos para uma teoria do sistema de ensino*. Universidade de Beira Interior: Covilhã, 2009.

CHAUÍ, Marilena. *Convite à filosofia*. Ed. Ática, São Paulo, 2000.

DIAS, Ângela Maria. Reféns da noite incessante: sacrifício e cumplicidade em Anjo negro de Nelson Rodrigues In. XAVIER, Rodrigo Alexandre de Carvalho. (Org.) *Nelson Rodrigues: literatura, sociedade e política*. Campinas, SP: Pontes Editores, 2018.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. 17 ed. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1987.

_____. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. 21 ed. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2002.

FROMM, Erich. *A arte de amar*. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

GRACIANI, Maria Stela Santos. *Pedagogia Social*. 1 ed – São paulo: Corteza, 2014.

HABERMAS, J. *A inclusão do outro*. São Paulo: Loyola, 2002.

HUTCHEON, Linda. *Poética dos pós-modernismo. História. Teoria. Ficção*. Trad. Ricardo Cruz. Rio de Janeiro: Imago, 1991.

KANT, Immanuel. *Fundamentação da Metafísica dos Costumes*. Tradução, introdução e notas por Guido de Almeida. São Paulo: Discurso Editorial: Barcarola, 2009. (Coleção philosophia)

MORIN, Edgar. *O método 6: ética*. Tradução de Juremir Machado da Silva. 3 ed. Porto Alegre: Sulina, 2007.

_____. *Os setes saberes necessários à educação do futuro*. Tradução de Catarina Eleonora F. da Silva e Jeanne Sawya. São Paulo: Cortez; Brasília, D.F: UNESCO, 2000.

_____. *Ciência com consciência*. Trad. Maria D. Alexandre e Maria Alice Sampaio Dória. 7. Ed. Rev. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

NABOKOV, Vladimir. *Lolita*; tradução Jorio Dauster. Rio de Janeiro: O Globo, 2003.

RODRIGUES, Nelson. *A serpente*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2012.

_____. *Anjo Negro*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2005.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *A gramática do tempo: Para uma nova cultura política*. Porto: Afrontamento, 2006.

_____. Boaventura de S. (Org.). *Democratizar a democracia*. Os caminhos da democracia participativa. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

_____. Boaventura de Sousa. Para uma concepção multicultural dos direitos humanos. *Revista Contexto Internacional*, n. 23, jan./jun., 2001. p.7-34.

_____. Boaventura de Sousa. *Introdução à uma ciência pós-moderna*. Rio de Janeiro: Graal, 1989.

SANTOS, Leonardo Alonso. O Estado Democrático de Direito e o Direito de Resistência. *Revista de Letras, Ciências Humanas e Ciências Sociais Querubim* – UFF, ano 10, nº 22, p. 146-150, 2014.

_____. Análise da identidade constituída na canção: “Eu só quero é ser feliz”. *Revista de Letras, Ciências Humanas e Ciências Sociais Querubim* – UFF, Niterói, ano 11, nº 25, v.e, 12-16, 2015.

_____. A literatura na formação de direitos humanos: um olhar crítico à luz da pedagogia social. *Revista de Pedagogia Social da UFF*, Niterói, v.1, n.1, pp. 1-27, 2016.

_____. *Lógica e Argumentação: Catilinárias I e II, da Cícero à luz da Teoria da Nova Retórica*. Dissertação de conclusão de curso. Programa de Pós-graduação Lato Sensu em Cultura, Língua e Literatura Latina. Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2016.

_____. *Pedagogia Social: A literatura na formação de Direitos Humanos*. Dissertação de conclusão de curso. Programa de Pós-graduação Lato Sensu em Pedagogia Social, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2016.

_____. A pedagogia social e a concretização dos direitos humanos das crianças e dos adolescentes. *Revista de Letras, Ciências Humanas e Ciências Sociais Querubim* – UFF, Niterói, ano 12, v.3, n.28, pp. 4-11, 2016.

_____, *et al.* A dissonância entre o dever objetivo de cuidado e as políticas públicas de saúde voltadas à educação escolar. *Revista de Pedagogia Social da UFF*, Niterói, v.5, n.1, 2017.

_____, *et al.* Automutilação – Prática de automutilação entre adolescentes se dissemina na internet e preocupa pais e escolas. *Revista de Pedagogia Social da UFF*, Niterói, v.4, n.2, 2017.

_____. Pedagogia Social e o ECA: reflexões acerca dos direitos de crianças, adolescentes e jovens no Estado Democrático de Direito. *Revista de Pedagogia Social da UFF*, Niterói, v.6, n.1, 2018.

SÓFOCLES. *Antígona*. Trad. Millor Fernandes. São Paulo: Paz e Terra, 2005.

TODOROV, T. *Memória do mal, tentação do bem: indagações sobre o século XX*. São Paulo: Arx, 2002.

